

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016**

**Senhores Acionistas:**  
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.504	74.094
Concessionárias	5	35.067	30.887
Impostos e contribuições sociais	6	7.415	10.801
Cauções e depósitos vinculados	10	3.033	27.646
Prêmio de risco - GSF	9	2.294	2.294
Outros créditos	11	8.020	7.720
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>101.333</b>	<b>153.442</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	7	4.797	7.351
Cauções e depósitos vinculados	10	30.753	3.127
Prêmio de risco - GSF	9	25.805	4.905
Outros créditos	11	4	
		<b>61.359</b>	<b>15.383</b>
Imobilizado	12	1.143.897	1.156.835
Intangível	13	61.506	59.799
		<b>1.205.403</b>	<b>1.216.634</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.266.762</b>	<b>1.232.017</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.368.095</b>	<b>1.385.459</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	20.908	27.381
Impostos e contribuições sociais	6	6.495	8.535
Dividendos	15	17.000	12.817
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	54.244	53.635
Uso do bem público	17	1.673	1.514
Provisões	18	11.870	10.228
Outras contas a pagar	11	990	1.270
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>113.180</b>	<b>115.380</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	688.740	729.942
Uso do bem público	17	20.677	19.526
Provisões	18	4.084	654
Outras contas a pagar	11	273	126
		<b>713.774</b>	<b>750.248</b>
<b>Total do Passivo Não circulante</b>			
Capital social	19.1	473.276	473.276
Reservas de lucros	19.3	67.865	46.555
		<b>541.141</b>	<b>519.831</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.368.095</b>	<b>1.385.459</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2016	2015
<b>Receitas</b>	20	230.243	212.597
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(58.047)	(72.643)
Custo de operação		(42.609)	(39.117)
		<b>(100.656)</b>	<b>(111.760)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>129.587</b>	<b>100.837</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21		
Despesas gerais e administrativas		(3.428)	(4.516)
Depreciações e amortizações		(1.362)	(1.507)
Outras despesas e receitas operacionais		(112)	(1.913)
		<b>(4.902)</b>	<b>(7.936)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>124.685</b>	<b>92.901</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		10.780	12.036
Despesas financeiras		(79.202)	(67.953)
		<b>(68.422)</b>	<b>(55.917)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>56.263</b>	<b>36.984</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.537)	(7.312)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.554)	1.805
		<b>(12.091)</b>	<b>(5.507)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>44.172</b>	<b>31.477</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,18754	0,13364
PN		0,18744	0,13364

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2016	2015
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>289.732</b>	<b>369.881</b>
Receita operacional	266.420	246.724
Receita relativa à construção de ativos próprios	23.215	123.146
Outras receitas	97	11
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(95.501)</b>	<b>(208.917)</b>
Custos da energia comprada	(36.303)	(51.771)
Encargos de uso da rede elétrica	(27.661)	(28.276)
Materiais	(1.948)	(18.935)
Serviços de terceiros	(19.689)	(102.199)
Outros custos operacionais	(9.900)	(7.736)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>194.231</b>	<b>160.964</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(33.929)	(33.922)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>160.302</b>	<b>127.042</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	11.296	12.252
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>171.598</b>	<b>139.294</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	4.570	5.094
Benefícios	672	975
FGTS	351	396
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	42.490	32.563
Estaduais	87	113
Municipais	1	1
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	79.202	67.952
Aluguéis	53	723
<b>Remuneração de capital próprio</b>		
Juros sobre capital próprio	20.000	15.079
	<b>147.426</b>	<b>122.896</b>
Lucros retidos	24.172	16.398
	<b>171.598</b>	<b>139.294</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
 A ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada diretamente pela Companhia Energética do Jari - CEJA (CEJA ou Controladora) e controlada em conjunto indiretamente pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), sendo sua sede localizada no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam, no todo ou em parte, ser vinculada ao seu propósito específico.

**1.1 Concessões**  
 A Companhia detém o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Término
UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	373,4	217,7	21/12/1987	31/12/2044

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 217,7 MWm, 210,9 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Dos 210,9 MWm, 190 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 e 20,9 MWm foram comercializados em dezembro de 2012 pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh pelo prazo de 28 anos a partir de janeiro de 2017. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A Companhia recebeu da ANEEL em 17 de setembro, 14 de novembro, 19 e 31 de dezembro de 2014, as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A energia gerada em 2014 (de setembro a dezembro) foi comercializada como sobre de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e, a partir de 1º de janeiro de 2015, todas as unidades geradoras autorizadas passaram a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

**1.1.1 Uso do bem público - UBP**

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$22.350 (R\$21.040 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 17). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**2 Base de preparação**
**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.263	36.984
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais-</b>		
Depreciações e amortizações	33.929	33.923
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	517	10
Amortização do prêmio de risco - GSF	2.294	4.161
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	69.805	62.173
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.911	3.006
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	12	1.178
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	2.808	1.690
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(3.885)	(3.123)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(447)	(15)
Outros	509	412
	<b>164.716</b>	<b>140.399</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Concessionárias	(4.180)	52.324
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.884)	(12.331)
Cauções e depósitos vinculados	(91)	(383)
Prêmio de risco - GSF	(23.194)	(11.360)
Outros ativos operacionais	(813)	(3.700)
	<b>(38.162)</b>	<b>24.550</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(6.669)	7.852
Outros tributos e contribuições sociais	14.274	17.979
Provisões	(3.221)	(6.920)
Uso do bem público	(1.601)	(1.474)
Outros passivos operacionais	(133)	(948)
	<b>2.650</b>	<b>16.489</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>129.204</b>	<b>181.438</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.938)	(44.700)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>114.266</b>	<b>136.738</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(17.742)	(119.514)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(17.742)</b>	<b>(119.514)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Cauções e depósitos vinculados	963	(2.500)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(15.679)	(69.426)
Captação de empréstimos e financiamentos		24.516
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(51.478)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(58.920)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(125.114)</b>	<b>(112.182)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(28.590)</b>	<b>(94.958)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45.504	74.094
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.094	169.052
	<b>(28.590)</b>	<b>(94.958)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>473.276</b>	<b>75.157</b>	-	<b>548.433</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 07/04/2015		(45.000)		(45.000)
Lucro líquido do exercício			31.477	31.477
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		1.574	(1.574)	-
Reserva de retenção de lucros		14.824	(14.824)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(15.079)	(15.079)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>473.276</b>	<b>46.555</b>	-	<b>519.831</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>473.276</b>	<b>46.555</b>	-	<b>519.831</b>
Dividendo adicional aprovado - AGE de 28/07/2016		(2.862)		(2.862)
Lucro líquido do exercício			44.172	44.172
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		2.209	(2.209)	-
Lucros retidos a deliberar		21.963	(21.963)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(20.000)	(20.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>473.276</b>	<b>67.865</b>	-	<b>541.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

**2.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 18.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1); e Provisão para licenças ambientais (Nota 18.2).

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

### Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas. **2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016**  
A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

### 3 Eventos significativos no exercício

#### 3.1 Nova adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 23 de setembro de 2016 a Companhia protocolou na ANEEL, pedido de aprovação da repactuação do risco hidrológico no ACR, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, relativo aos 20,9 MWm adicionais vendidos no 15º Leilão de Energia Nova.  
A adesão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a opção de repactuação.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico ao ACR no produto SP89, onde 89% da exposição ao GSF é protegida. Em 29 de novembro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.110/16, anuiu a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	17.525	26.702
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14.090	
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	13.889	47.392
<b>Total</b>	<b>27.979</b>	<b>47.392</b>
	<b>45.504</b>	<b>74.094</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 96,00% a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

### 5 Concessionárias

	Valores Correntes			Saldo líquido em 31/12/2016	Saldo líquido em 31/12/2015
	Vencida				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias		
<b>Circulante</b>					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	32.364	299	1.715	34.378	30.887
Energia de curto prazo	689			689	-
<b>Total Circulante</b>	<b>33.053</b>	<b>299</b>	<b>1.715</b>	<b>35.067</b>	<b>30.887</b>

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, uma vez que os valores vencidos encontram-se em processo de negociação junto aos devedores. Adicionalmente, visto que as comercializações ocorreram no ACR, as partes estão sujeitas às regras estabelecidas pela ANEEL, o que agrega confiabilidade e controle sobre a inadimplência intrasetorial, podendo o devedor, inclusive, ter revogada a sua concessão.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.4.

### 6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Operacionais	2016	2015
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
<b>Concessionárias</b>									
<b>Venda de energia elétrica</b>									
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2016	1.646	1.487			19.432	15.890
EDP Escelsa	Controle comum	141,14	01/01/2015 a 31/12/2044	605	481			4.895	4.048
EDP Bandeirante	Controle comum	142,21	01/01/2015 a 31/12/2044	828	753			7.351	6.085
				<b>3.079</b>	<b>2.721</b>			<b>31.678</b>	<b>26.023</b>
<b>Outros créditos</b>									
<b>Devolução - Prêmio de seguro (Nota 11)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto indireta		31/12/2016	-	-	4	-	4	-
						<b>4</b>		<b>4</b>	
<b>Outras contas a pagar</b>									
<b>Compartilhamento de gastos com gestores</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto indireta		01/07/2012 a 31/12/2015	-	-	-	48	-	(48)
							<b>48</b>		<b>(48)</b>
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto indireta		01/01/2015 a 31/12/2018	-	-		35	73	(31)
EDP Escelsa	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019	-	-		1	1	(3)
							<b>36</b>	<b>74</b>	<b>(41)</b>
<b>Contrato jurídico sobre o Parecer do GSF</b>									
Energest	Controle Comum		31/12/2015	-	-	-	4	-	(4)
							<b>4</b>		<b>(4)</b>
<b>Contrato de prestação de serviços (b)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto indireta		01/01/2015 a 31/12/2016	-	-			(438)	(438)
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018	-	-			(436)	(436)
								<b>237</b>	<b>(874)</b>
								<b>273</b>	<b>(915)</b>
								<b>126</b>	<b>(566)</b>
<b>Fornecedores</b>									
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	147,05	01/09/2016 até 30/11/2016	351				(4.837)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2016 até 30/11/2016	1.097				(6.345)	
				<b>1.448</b>				<b>(11.182)</b>	
				<b>4.527</b>	<b>2.721</b>	<b>4</b>	<b>273</b>	<b>126</b>	<b>25.457</b>

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

### a) Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

#### EDP - Energias do Brasil

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua matriz.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

#### EDP Escelsa

Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuidos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987.

#### b) Contrato de prestação de serviços

Os contratos não necessitam ser submetidos à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, estes contratos poderão sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

#### EDP - Energias do Brasil

O contrato, com previsão de vigência de 24 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015, tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, contabilidade, auditoria interna, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, meio ambiente, planejamento e controle, etc.

#### EDP PCH

O contrato, com previsão de vigência de 36 meses contados a partir de 1 de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de operação e engenharia de operação e manutenção como por exemplo, atividades relacionadas a assuntos energéticos, a assuntos de intervenções e atividades relacionadas à área administrativa-técnica da operação da usina.

#### 8.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de compra de energia junto a Energest S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 0,638 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 27.1).

#### 8.2 Controladora direta e Controladoras finais

A controladora direta da Companhia é a CEJA que, por sua vez, possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

#### 8.3 Remuneração dos administradores

##### 8.3.1 Remuneração total da Diretoria Estatutária paga pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	Diretoria Estatutária	
	2015	2016
Remuneração (a)	570.667	6.018
Benefícios de curto prazo (b)	6.018	576.685
<b>Total</b>	<b>576.685</b>	<b>6.018</b>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais. Não houve dispêndios no exercício de 2016 para os profissionais chave da Administração.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vale alimentação e refeição e seguro de vida.

### 9 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante de R\$28.099 (R\$7.199 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140 de 24 de dezembro de 2015. No exercício, foram amortizados R\$2.294 (R\$4.161 em 2015).

A variação no exercício no montante de R\$20.900 é decorrente, principalmente, do pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das competências de maio a dezembro de 2015 no valor de R\$23.193, ocorrida em abril de 2016, sendo este valor também amortizável até março de 2029.

### 10 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Depósitos judiciais	18,1			432
Cauções e depósitos vinculados		3.033	27.646	30.230
<b>Total</b>		<b>3.033</b>	<b>27.646</b>	<b>30.753</b>
				<b>3.127</b>

O montante de Cauções e depósitos vinculados de R\$33.263 (R\$30.341 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

### 11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
<b>Outros créditos - Ativo</b>				
Serviços em curso	11,1	6.199	6.453	
Ressarcimento de custos - CDE		364		
Devolução - Prêmio de seguro	8			4
Estoques		23		
Despesas pagas antecipadamente		1.420	1.183	
Outros		14	84	
<b>Total</b>		<b>8.020</b>	<b>7.720</b>	<b>4</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		10		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		8		273
Obrigações sociais e trabalhistas	11,2	722	852	126
Encargos setoriais		140	177	
Outros		118	241	
<b>Total</b>		<b>990</b>	<b>1.270</b>	<b>273</b>

### 6 Impostos e contribuições sociais

Ativo - Compensáveis	Saldo em		Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compen-sação de tributos	Trans-ferência	Reclas-sificação	Saldo em
	Nota	31/12/2015						
Imposto de renda e contribuição social		271	196	447	10.176	(1.648)	1.194	(8.899)
ICMS		8						8
PIS e COFINS	6,1	7.550	5.920					(13.470)
IRRF sobre aplicações financeiras		1.195	2.038		2	(1.194)		2.041
Outros	6,2	1.777	1.924				(72)	3.629
<b>Total</b>		<b>10.801</b>	<b>10.078</b>	<b>447</b>	<b>10.178</b>	<b>(1.648)</b>	<b>-</b>	<b>(22.441)</b>
<b>Passivo - a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social		5.763	9.537		(4.762)			(8.971)
ICMS		295	202		(468)			29
PIS e COFINS		-	25.160		(8.416)	(1.648)		(13.470)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		160	283		(348)			95
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6,3	2.262	3.000		(2.262)			3.000
Encargos com pessoal		55	227		(104)			178
Outros		-	16		(16)			-
<b>Total</b>		<b>8.535</b>	<b>38.425</b>	<b>-</b>	<b>(16.376)</b>	<b>(1.648)</b>	<b>-</b>	<b>6.495</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

#### 6.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS registrados no ativo referiam-se a créditos sobre insumos adquiridos, os quais foram compensados durante o exercício de 2016.

#### 6.2 Outros Ativos - Compensáveis

Do saldo de R\$3.629 (R\$1.777 em 31 de dezembro de 2015), R\$3.388 (R\$1.536 em 31 de dezembro de 2015) é oriundo da retenção na fonte do faturamento para órgãos públicos, sob alíquota de 5,85%, que se refere a Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS.



**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	40.696	29.000
Preferenciais (PN)	3.476	2.477
	<b>44.172</b>	<b>31.477</b>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	217.003	217.003
Preferenciais (PN)	18.545	18.545
	<b>235.548</b>	<b>235.548</b>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,18754	0,13364
Preferenciais (PN)	0,18744	0,13364

**25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**25.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**• Mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	31/12/2016		31/12/2015	
			Valor	Justo	Valor	Justo
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	27.979	47.392	27.979	47.392
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Cauções e depósitos vinculados	10		33.263	30.341	33.263	30.341
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			17.525	26.702	17.525	26.702
Concessionárias	5		35.067	30.887	35.067	30.887
Outros créditos - Partes relacionadas	8		4	4	4	4
			<b>113.838</b>	<b>135.322</b>	<b>113.838</b>	<b>135.322</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	14		20.908	27.381	20.908	27.381
Uso do bem público	17		17.957	17.547	22.350	21.040
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Moeda nacional	16		742.984	783.577	742.984	783.577
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8		273	126	273	126
			<b>782.122</b>	<b>828.631</b>	<b>786.515</b>	<b>832.124</b>

**25.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,36% a.a., que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento.

**25.1.2.1 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**25.2 Gestão de risco**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**25.2.1 Risco de mercado**  
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 16, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP e ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

**25.2.1.1 Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.949		2.949	737	1.475	(737)	(1.475)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.605		1.605	401	803	(401)	(803)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>4.554</b>		<b>4.554</b>	<b>1.138</b>	<b>2.278</b>	<b>(1.138)</b>	<b>(2.278)</b>
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>							
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(55.032)	(180.455)	(175.004)	(410.491)	(76.268)	(153.163)	76.268
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(55.032)</b>	<b>(180.455)</b>	<b>(175.004)</b>	<b>(410.491)</b>	<b>(76.268)</b>	<b>(153.163)</b>	<b>76.268</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 11,75% e 13,25% a.a. e TJLP entre 5,50% e 7,50% a.a.

**25.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	31/12/2016			Mais de 5 anos	Total	31/12/2015
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total			
<b>Passivos Financeiros</b>								
Fornecedores	7.070	6.230	7.608			20.908	27.381	126
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				273		273	126	
Empréstimos, financiamentos encargos de dívidas			54.244	206.732	482.008	742.984	783.577	21.040
Uso do bem público	143	425	1.105	3.674	17.003	22.350	21.040	
	<b>7.213</b>	<b>6.655</b>	<b>62.957</b>	<b>210.679</b>	<b>499.011</b>	<b>786.515</b>	<b>832.124</b>	

**25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2016 todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**25.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016, foi negativo na Companhia em R\$11.847 (R\$38.062 positivo em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, que é temporal, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo.

**25.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 89% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Notas 3.1 e 9).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

**25.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**25.2.5 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, para reduzir o nível de endividamento.

Total dos empréstimos

(-) Caixa e equivalentes de caixa

Dívida líquida

Total do Patrimônio Líquido

Total do capital

**Índice de alavancagem financeira - %**